



Contribuições do Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos Por Empreendimentos da Economia Solidária: Um Estudo de Caso

Área Temática 2: Projetos Sociais e/ou Solidários

Fabiane C. da Cunha¹

¹ *Tecnóloga em Gestão de Cooperativas da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - INCUBA/UFRB, Campus de Cruz das Almas - BA, fabiane_correia@hotmail.com*

Resumo

Atualmente os resíduos sólidos têm ganhado cada vez mais a preocupação em relação aos impactos provocados ao meio ambiente. Alguns empreendimentos da Economia Solidária como as cooperativas e associações de catadores que reciclam os resíduos, são uma das alternativas para minimização dos danos provocados ao ambiente. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo verificar como ocorre o gerenciamento dos resíduos sólidos em uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis situada no município de Cruz das Almas. A metodologia utilizada contou com uma pesquisa bibliográfica sobre a temática proposta, uma pesquisa documental para levantamento de informações sobre a Associação e a pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas realizada com os membros. Além disso, foram feitas observações na rotina, organização e condições de trabalho no interior do galpão de triagem. No levantamento de dados foi possível perceber que desde o ano de 2010 a Associação vem sendo acompanhada pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBA) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e conta com a participação do poder público municipal, onde foi possível garantir o espaço físico (galpão) para as atividades e apoio logístico na coleta e comercialização dos materiais.

Palavras-chave: Associação; Catadores; Cooperativas; Políticas públicas; Resíduos sólidos.

1 Introdução

As questões relacionadas ao meio ambiente têm ganhado nos últimos anos lugar de destaque nas agendas e discussões em diferentes segmentos da sociedade. Cada vez mais se torna visível a preocupação de movimentos sociais, pesquisadores e do próprio governo em relação aos impactos provocados pelo homem aos recursos naturais. Um dos temas discutidos refere-se à geração de resíduos. O crescimento populacional e o intenso processo de urbanização, aliado ao consumo exagerado dos recursos naturais, são a combinação ideal para o desequilíbrio ambiental, fenômeno que caracteriza a era atual, que vem se agravando. Nesta sociedade da comunicação, muito mais das máquinas, da tecnologia do que das pessoas, tudo é fabricado para durar o menor tempo possível, para logo necessitar de novos produtos, e o planeta vai se tornando um imenso depósito de resíduos (FRANÇA;



RUARO, 2009). Os resíduos sólidos são considerados materiais que, não fazendo falta ao seu detentor, este se desfaz dos mesmos. São resíduos oriundos de atividade humana e animal, geralmente em estado sólido, sem utilização pelo seu detentor, porém com capacidade de valorização (RUSSO, 2003).

A produção de resíduos sólidos vem aumentando em maior escala nos últimos anos, causando muitos problemas socioambientais. A geração média de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) ultrapassou a marca de 1 quilo (kg) por habitante (hab.)/dia no Brasil, padrão similar ao de alguns países da União Européia de acordo com o Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE, 2013). O padrão de consumo das populações dos grandes centros urbanos ou com maior poder aquisitivo se equipara ao dos cidadãos norte-americanos, maiores produtores per capita de resíduos, representando também cerca de 1 kg/hab./dia (FRANÇA; RUARO, 2009).

Devido à destinação inadequada desses materiais representarem riscos à saúde humana e ao meio ambiente, é de extrema necessidade, a adoção de medidas que visem o seu gerenciamento. Segundo França e Ruaro (2009), gerenciar os resíduos sólidos de forma integrada implica limpar as cidades, suas periferias e áreas rurais e tratá-los utilizando as tecnologias mais compatíveis com a realidade local, dando-lhes um destino ambientalmente seguro. O tratamento, reutilização, reciclagem e reintegração desses elementos ao solo constituem tarefa primordial para a manutenção da estabilidade e da qualidade do ambiente urbano e rural.

Neste cenário, surge à figura do catador de materiais reaproveitáveis e recicláveis. Esta categoria de trabalhadores vem realizando no país um trabalho de grande relevância ambiental, colaborando principalmente, para o retorno de vários materiais ao ciclo produtivo, o que contribui para a economia de energia e evita que muitos materiais sejam direcionados aos lixões.

O trabalho de catação de material reciclável vem crescendo consideravelmente nos últimos anos devido ao aquecimento da indústria da reciclagem que segue embalado por um discurso “ecologicamente correto”. Homens, mulheres e crianças, envolvidos no processo, passam a ver o lixo como única alternativa de trabalho e meio de sobrevivência. Nesse contexto, a cadeia produtiva e a comercialização dos materiais recicláveis no Brasil mantêm a extração e exploração do trabalho dos catadores a preços baixíssimos (BOSI, 2008).

Com um número de aproximadamente 800 mil pessoas trabalhando na atividade de catação no Brasil, é inadmissível a efetivação de uma política pública para a gestão dos RSU sem incluir esses trabalhadores (CEMPRE, 2013). Assim, surge a Lei 12 305/2010 que, segundo Brasil (2010) apresenta importantes subsídios para organização e inclusão dos catadores nos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS). O princípio VIII dessa Lei determina o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania (BRASIL, 2010).

Para integração dos catadores no processo de gestão dos RSU, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) propõe e incentiva a organização desses trabalhadores em cooperativas ou associações, sendo essa a melhor, senão a única, forma de incluir o catador no processo de gestão dos RSU. Singer (2003) e



Magera (2005) definem as práticas de organização cooperativista como resposta às profundas alterações do mercado de trabalho e recrudescimento do desemprego e salientam que essas práticas alternativas de organização cooperativista de categorias de trabalhadores excluídos dos processos produtivos formais vêm sendo conduzidas sobre princípios da “Economia Solidária”, para quem o trabalho autogestionário representa práticas pontuais de resistência ao desemprego e ao subemprego e à falta de perspectiva de nova colocação no mercado do trabalho formal. A PNRS ainda reconhece que os titulares dos serviços de limpeza urbana deverão respaldar o cooperativismo ou outras formas de associações que fazem o trabalho da coleta e triagem, sem o uso de licitações para a contratação de seus serviços para a coleta seletiva (BRASIL, 2010).

Diante desse contexto, esse trabalho tem como objetivo verificar como ocorre o gerenciamento dos resíduos sólidos em uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis situada no município de Cruz das Almas. O sistema cooperativista ainda se mostra recente no Brasil assim como as organizações de catadores de materiais recicláveis. Entender como se dá o trabalho dos diferentes atores envolvidos no cenário dos resíduos sólidos poderá trazer análises importantes para o reconhecimento deste trabalho que abarca aspectos sociais, econômicos e ambientais.

2. A Importância das Cooperativas e Associações de Catadores de Materiais Recicláveis Para o Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos

2.1 Da Organização a Emancipação Social

Os trabalhadores que lidam diretamente com a catação de materiais recicláveis e, que transformam esse material em fonte de renda pode ser identificado de diferentes formas e em diferentes situações. Ferreira e Anjos (2001) definem três categorias para o trabalho de catação:

- a) Catador de rua:** Categoria que coleta em sacos de lixo colocados pela população na rua, pelo comércio local ou pelas indústrias, tendo sua própria carroça ou qualquer outro transporte adaptado para carga;
- b) Catadores de lixão:** Aqueles que fazem a catação diretamente nos lixões dos municípios e que estão desvinculados de qualquer assistência e organização;
- c) Catadores organizados em cooperativas/associações e autogestionários:** Aqueles que prestam serviço de coleta seletiva de qualidade, de forma articulada e organizada.

Em relação à formação das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, que é o foco desse trabalho, elas devem atender a três parâmetros de funcionamento, que são:

- ✓ Infraestrutura: se constitui num galpão para recebimento dos resíduos coletados e que contenham, basicamente, prensas, mesas ou esteiras de triagem e balanças;
- ✓ Mão de obra: os cooperados que exercem este tipo de atividade não apresentam vínculos empregatícios, ao contrário, são trabalhadores independentes, que recebem um determinado valor de acordo com as horas trabalhadas;



- ✓ **Legalidade:** as cooperativas e associações devem elaborar o Estatuto Social e a Ata de Fundação que contenham as regras para sua administração, bem como seu o registro legal de funcionamento. Também, é importante a obtenção do Alvará de Funcionamento pelos órgãos municipais e o pagamento de outros tributos que são exigidos por esta forma de sociedade.

Uma das alternativas para os catadores se fortalecerem e vencer as dificuldades da atuação individual nas atividades de catação é a organização em cooperativas e associações. Esta alternativa se mostra como uma oportunidade de melhoria de renda, visto que, existem dificuldades decorrentes do acesso a ocupações no mercado formal de emprego que afetam este trabalhador. Além disso, os benefícios desta atividade são claramente evidenciados quando os catadores trabalham para resolver um problema na escala da sociedade, ou seja, ao retirar os resíduos das ruas, estão agindo como agentes das políticas municipais de limpeza pública.

A reunião de catadores em organizações coletivas ainda é um fato recente no Brasil. Até pouco tempo, a coleta de resíduos era feita nas ruas e lixões por catadores informais que além de estarem expostos aos descuidados com o manuseio dos resíduos, vendiam isoladamente seu material, o que tornava o trabalho menos rentável (CEMPRE, 2012). Ainda assim, existem cooperativas que trabalham em condições precárias, necessitando principalmente de uma gestão mais qualificada. É neste sentido, que o apoio das políticas públicas municipais se torna importante para a inclusão desses profissionais nos serviços de limpeza pública.

Destaca-se que o Código Brasileiro de Ocupações (CBO) reconheceu a categoria profissional do catador de material reciclável em 2002, sendo este denominado de “Catador de Material Reciclável”, o que representa uma das primeiras conquistas decorrentes da organização desses profissionais. E vem se fortalecendo por meio de maior participação nas discussões da agenda pública, como exemplo, pode-se citar o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que surgiu em 1999 com o Primeiro Congresso Nacional de Catadores de Papel, e tem dentre um de seus objetivos a autogestão e a organização social dos catadores (MNCR, 2015).

Assim, alguns estudos indicam que os empreendimentos da Economia Solidária ligadas a este setor de trabalho são considerados fundamentais para a gestão dos RSU e se tornam cada vez mais eficazes na implantação da coleta seletiva nas grandes e pequenas cidades.

2.2 A Participação dos Catadores na Cadeia Produtiva da Reciclagem

A cadeia produtiva da reciclagem de resíduos envolve muitos atores, conforme a Figura 1. O papel desempenhado pelos catadores de resíduos recicláveis é muito importante, pois seus trabalhos envolvem valores econômicos, sociais e ambientais.

Analisando o ciclo abaixo, percebe-se que os principais protagonistas são os catadores informais ou organizados em cooperativas e associações, os atravessadores e a indústria de reciclagem.

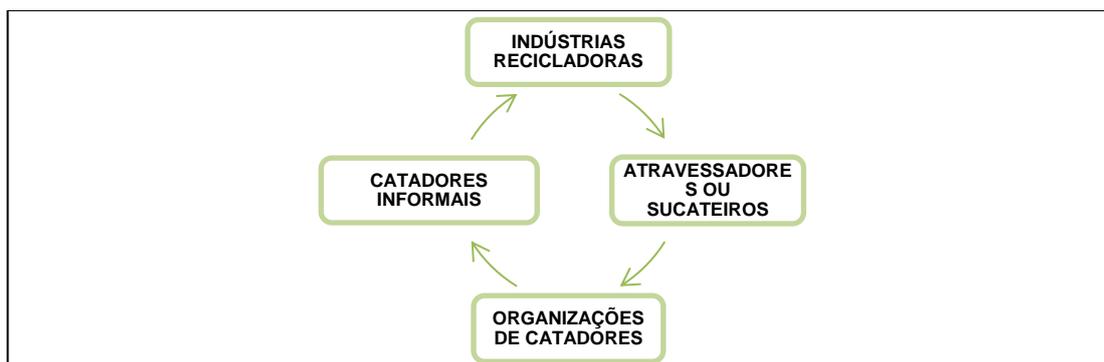


Figura 1 - Estrutura da cadeia produtiva da reciclagem. Fonte: Próprio Autor (2014)

Os catadores informais têm sua mão de obra baseada na exploração. Eles coletam principalmente nas ruas, com a ajuda de carrinhos ou carroças que os auxiliam no trabalho e vendem seus materiais para os sucateiros por preços baixíssimos. As condições de trabalho são precárias, por isso, auferem menor parte dos lucros desta cadeia (BOSI, 2008).

As organizações de catadores se encontram na formalidade da economia. Sob formas de cooperativas ou associações, estabelece em muitos casos, parceria com o poder público municipal, a fim de se engajarem em programas de coleta seletiva. Estão estruturadas principalmente, em galpões de triagem, dispendo de equipamentos necessários para o beneficiamento dos resíduos. Vendem seus materiais para os intermediários e para indústrias recicladoras. Também estão formando redes de comercialização visando ampliar a venda diretamente para as indústrias, com o objetivo de eliminar os atravessadores. As condições de trabalho dos cooperados ou associados são adequadas em termos ambientais e de segurança de trabalho.

Os atravessadores ou sucateiros trabalham geralmente com a compra e a venda dos materiais recicláveis, inseridos principalmente, em empresas com fins lucrativos formais ou informais. Atuam explorando os catadores informais e muitas vezes, os catadores organizados que deles dependem para a venda dos materiais recicláveis. Além disso, fazem coleta nas ruas ou estabelecimentos comerciais utilizando veículos precários para o trabalho.

Já as indústrias recicladoras são responsáveis pela fase final do beneficiamento dos resíduos e, portanto, a volta dos materiais ao ciclo produtivo.

Uma possível reestruturação deste ciclo, de modo que possa beneficiar tanto os catadores informais quanto os organizados, depende, sobretudo, do reconhecimento social por meio do fortalecimento e expansão da organização dos catadores. Esta relação poderá contribuir para o fortalecimento dos empreendimentos e ampliação da reciclagem no país.

Assim, em se tratando da cadeia produtiva da reciclagem pelas organizações de catadores, que é o foco deste capítulo, nas últimas duas décadas o Brasil apresentou um modelo de reciclagem baseado na coleta seletiva e no trabalho dos catadores, após a nova PNRS a meta é o crescimento do mercado, através de investimento públicos e empresariais (CEMPRE, 2013).



3. Políticas Vigentes para o Fomento aos Empreendimentos Solidários de Catadores de Materiais Recicláveis: A Lei 12 305/10 e a Lei 12 932/2014

Elaborar e implementar uma política pública eficaz para a gestão dos RSU significa sobretudo mexer nas bases do sistema econômico, repensar os padrões de consumo de toda sociedade, pois só dessa forma é possível reduzir a produção de resíduos. No entanto, como a redução dos resíduos se constitui em tarefa extremamente difícil em um país que tem um sistema capitalista sedimentado, passa-se a efetivação de políticas públicas com diretrizes, princípios e metas que priorizam as ações voltadas para a reutilização e destinação final desses resíduos. Mais uma vez, os interesses ambientais são submetidos aos interesses econômicos (SACHS, 1981).

Diante da problemática dos resíduos sólidos que se acumulam em ruas, leitos de rios, lixões a céu aberto, contribuindo para a poluição ambiental e pondo em risco a saúde das pessoas surge a PNRS, instituída pela Lei nº 12 305/2010 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 7 404. A CEMPRE (2012) esclarece que O Projeto de Lei levou em conta parte das propostas debatidas em seminários regionais e nacionais, em especial no Fórum Nacional Lixo e Cidadania, e no MNCR. Essa Lei apresenta-se como Marco Legal para as políticas de gestão dos RSU na tentativa de reverter a ausência ou ineficiência de gestão dos RSU no Brasil.

A PNRS determina que os municípios que ainda depositam seus resíduos em lixões têm um prazo de quatro anos para elaborar e implementar seus PGIRS. Os municípios possuem hoje a obrigação legal de erradicar essas áreas insalubres até agosto de 2014. A Lei passa a exigir a colocação dos rejeitos em aterros que seguem normas ambientais, sendo proibida a catação, a criação de animais e a instalação de moradias nessas áreas. No caso dos pequenos municípios, a orientação é que seja integrado em consórcios públicos para implantação de planos intermunicipais, o que teoricamente reduziria os custos e facilitaria a gestão (CEMPRE, 2012).

Com relação aos objetivos da PNRS, se destaca o estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços; o incentivo à indústria da reciclagem e a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (BRASIL, 2010).

A PNRS estabelece uma peça fundamental: o trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Considerados importantes agentes para a implantação da coleta seletiva nos municípios e o fim dos lixões, a Lei prioriza a participação dos catadores na responsabilidade compartilhada entre as empresas, governos e a população, o que reforça ainda mais o aspecto social (CEMPRE, 2012).

A realização de campanhas educativas sobre a coleta seletiva e reciclagem possivelmente é o que permite a confiabilidade e a atuação da população na doação dos recicláveis. A Educação Ambiental (EA) é uma ferramenta de suma importância para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação ambiental. Ela contribui para que as pessoas obtenham conhecimentos sobre os desastres ambientais e se voltem para a possibilidade de mudanças frente a estes



problemas, tem como papel, conscientizar e promover a participação social para melhorar a vida útil dos materiais consumidos. Todos nós temos uma responsabilidade compartilhada sobre tudo que consumimos e geramos como resíduo no meio ambiente.

Dentre outros princípios, a PNRS aponta o reconhecimento dos resíduos recicláveis como um bem econômico que possui valor social, ou seja, um material que desperta a capacidade de valorização a partir do momento que os indivíduos realizam sua comercialização, garantindo um complemento e, se não, a geração de renda. Como forma de estimular a sustentabilidade nos padrões de produção e consumo, a Lei estabelece como um dos objetivos primordiais uma ordem de prioridade na gestão dos RSU: a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final adequada dos resíduos por todos os responsáveis pela sua utilização (BRASIL, 2010).

A implantação da coleta seletiva para a viabilidade econômica dos municípios é obrigação para o fim dos lixões, conforme previsto na Lei. Diante desta exigência, algumas prefeituras já buscam novos padrões de limpeza pública com a inserção de empreendimentos da Economia Solidária, como as cooperativas ou associações de catadores como prestadoras do serviço, sendo estas remuneradas pela realização da triagem dos materiais coletados nas próprias residências (CEMPRE, 2012). Deste modo, as cooperativas de catadores poderão ser contratadas sem o uso de licitações públicas, o que torna este processo ainda menos burocrático. Além disso, podem ser financiadas por meio de linhas de crédito e estabelecer parcerias para a compra de equipamentos e estruturação física dos galpões (CEMPRE, 2012).

Entre as legislações vigentes, pode-se citar a do Estado da Bahia, que prevê o apoio as cooperativas e associações de catadores nas ações de gestão dos resíduos, através da coleta seletiva, da logística reversa e da EA no artigo 8º da Lei nº 12 932/2014. Dessa maneira, a coleta seletiva e a logística reversa terão como objetivos propiciar melhores condições para que as atividades de reciclagem alcancem níveis elevados de sustentabilidade ambiental e atender os interesses sociais e econômicos dos catadores (BAHIA, 2014).

A Lei que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) na Bahia abarca em um de seus princípios o “da cooperação interinstitucional entre o setor público, o setor empresarial, as cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, e os demais segmentos da sociedade civil” (inciso XI, do artigo 7º, do capítulo III da lei 12 932/2014). O que significa uma aproximação mais firme entre os responsáveis pelo tratamento dos resíduos.

A PERS ainda estabelece como uma de suas diretrizes “o fortalecimento de mercados locais e regionais voltados para a produção, a comercialização e o consumo de materiais reutilizáveis, recicláveis e reciclados” (inciso X, do artigo 9º, do capítulo III da lei 12 932/2014). O que poderá contribuir para valorização dos preços dos recicláveis comercializados pelas cooperativas e associações de catadores e, desse modo, possibilita aos empreendimentos a comercialização de seus recicláveis diretamente em sua região, evitando o deslocamento para outros locais de venda.



Alguns pontos entre as duas legislações citadas neste capítulo são muitos comuns. Bahia (2014) ressalta também, que o financiamento de linhas de créditos poderá contribuir para que as prefeituras municipais invistam em infraestrutura física e aquisição de equipamentos para esses empreendimentos. Estes avanços se mostram extremamente inteligentes para a inserção das cooperativas e associações na realização de serviços de coleta seletiva nos municípios brasileiros.

A implementação da Lei permite que as cooperativas e associações de catadores ganhem um reconhecimento social ainda maior, pois se trata da articulação de uma política pública em nível estadual. A PERS toca num ponto muito relevante que se refere ao apoio das prefeituras locais a estes empreendimentos, o que faz com que estes ganhem uma nova roupagem em relação à realização do trabalho, agora de maneira integrada com o setor público de limpeza urbana.

Estas políticas apresentam-se como importantes instrumentos para inclusão dos catadores na economia formal, quando define a sua integração nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. No entanto, não podemos desconsiderar que o processo de exclusão desses trabalhadores não é simplesmente econômico, mas também político e social e que a desconstrução desse processo, além do cumprimento dos dispositivos legais, passa pela implementação de um amplo programa de EA, capaz de instituir definitivamente uma política de reciclagem que considere os catadores de material reciclável como o segmento mais importante para efetivação dos PGIRS (ARGOLO, 2013).

4. Metodologia

Para analisar as contribuições de uma Associação de catadores de materiais recicláveis no gerenciamento dos RSU no município de Cruz das Almas, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- 1. Pesquisa Bibliográfica:** Para a elaboração deste trabalho foi necessário o levantamento de referenciais bibliográficos por meio de consultas a artigos, dissertações, livros, monografias, teses e trabalhos científicos que conduziram a uma reflexão teórica sobre conceitos e ideias importantes de autores que tratam da temática dos resíduos sólidos, da coleta seletiva, da reciclagem e do papel dos catadores de materiais recicláveis enquanto agentes ambientais para o beneficiamento dos materiais recicláveis. Além disso, foram consultadas algumas legislações que tratam dos resíduos sólidos, como a Lei nº 12 305/2010, a PNRS e a Lei nº 12 932/2014, a PERS na Bahia, que dispõem sobre os princípios, objetivos, instrumentos, determinações e diretrizes voltadas ao apoio das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e da gestão integrada dos RSU.
- 2. Pesquisa Documental:** Esta pesquisa consistiu na busca por documentos com informações sobre a Associação no que diz respeito à: sua origem; o perfil socioeconômico dos membros; as atividades desenvolvidas; as condições de infraestrutura do galpão de triagem; as parcerias estabelecidas; a estrutura e as condições operacionais; o balanço, os preços e a comercialização dos materiais coletados. Lembrando que estas informações foram recolhidas junto à presidente



da Associação, que fez acordo com os demais membros e aceitaram que a pesquisadora desenvolvesse seu trabalho de campo.

- 3. Levantamentos de Dados:** Esta fase foi bastante significativa para a execução da pesquisa, pois pelo fato da pesquisadora já desenvolver uma vivência com a Associação, devido à realização do Estágio Supervisionado do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da UFRB durante dois anos e meio, a atividade se tornou mais comunicativa.

Os levantamentos foram obtidos por meio de indicadores qualitativos, no qual se foi ao campo coletar os dados necessários, com a aplicação de um questionário estruturado, com perguntas abertas e fechadas. Esta entrevista possibilitou o conhecimento sobre o perfil socioeconômico dos membros da Associação. Aspectos como idade, sexo, estado civil, número de filhos, grau de escolaridade e função no empreendimento foram evidenciados. Além desses aspectos, foi possível a busca por repostas relacionadas ao tempo de trabalho e a percepção sobre a atividade exercida (APÊNDICE A). A pesquisadora ainda foi a campo realizar uma observação participante na rotina, organização e condições de trabalho no interior do galpão de triagem.

Neste trabalho, o nome da Associação foi preservado, assim como a identidade de todos os indivíduos entrevistados, por isso, os membros foram identificados com letras. O critério para a seleção dos entrevistados foi à aceitação e a disponibilidade de tempo.

5. Resultados e Discussões

5.1 *Um Pouco da Trajetória da Associação Estudada*

Um grupo de aproximadamente 19 pessoas (homens e mulheres) começou a se organizar em 2007 com o objetivo de buscar melhores condições de trabalho e renda em virtude da realidade do desemprego que enfrentavam. Algumas dessas pessoas já tinham experiência com o manejo de resíduos sólidos, pois trabalhavam informalmente na coleta nas ruas e estabelecimentos comerciais do município, e alguns já tinham realizado atividade de catação de resíduos em lixões. Os catadores buscam parcerias a fim de problematizar a questão e propor estratégias e alternativas à dura realidade de miséria e exclusão que permeava suas vidas.

No ano de 2010 houve a dissolução do grupo de catadores que teve como consequência a saída de todos os homens e reduziu a quantidade pessoas. Aos poucos a maioria foi se afastando da atividade por alguns motivos que não cabe ser citados aqui.

Neste mesmo ano, atendendo uma demanda do grupo em formação, a INCUBA/UFRB passa a acompanhar suas ações, com atividades de incubação a partir de processo sistematizado de assessoria, de organização social e produtiva, com o objetivo de estruturação do grupo para geração de trabalho e renda de forma sustentável, e acesso a mercados justo e solidário, a fim de transformá-los em alternativa de empreendimento concreto, sustentável e solidário, capaz não só de proporcionar geração de renda, mas de transformar a realidade local a partir da formação de cidadãos e de contribuir na construção de políticas de desenvolvimento



territorial. Isso só é possível a partir da crença, da luta e da persistência dos trabalhadores organizados em empreendimentos solidários com a possibilidade de qualificar as suas condições e técnicas de trabalho. A partir das ações da INCUBA/UFRB foi possível a estruturação do grupo com a aquisição de equipamentos para as atividades de coleta, triagem e comercialização dos recicláveis, além da sua formalização. Com o apoio do poder público municipal foi possível garantir o espaço físico (galpão) para as atividades e o apoio logístico na coleta e comercialização dos materiais. Atualmente, o grupo conta com seis pessoas em plena atividade, todas do sexo feminino.

5.2 Perfil Socioeconômico da Associação

As entrevistas realizadas com as associadas permitiram identificar diversos aspectos e dados relevantes na execução da pesquisa de campo.

Foi possível constatar a ausência de mão de obra infantil nas atividades desenvolvidas pela Associação. Em relação ao sexo, foi identificado que a Associação é conduzida apenas por mulheres. Sobre isso, Ramos (2011) relata que nos últimos anos a forte presença feminina no mercado de trabalho tem crescido consideravelmente. Nota-se que as mulheres têm conquistado cada vez mais a independência seja através do alto grau de escolaridade ou pelo próprio ganho da autonomia. Por outro lado, ainda existem as mulheres trabalhadoras pobres, isto é, sem qualificação profissional, com baixa expectativa em relação ao mercado de trabalho e que, ainda são responsáveis pelas tarefas domésticas. É neste sentido, contra o desemprego e a exclusão, que tem crescido a participação de mulheres em empreendimentos da economia solidária. Relacionando esta informação com a faixa etária, tem-se que a idade do grupo varia de 30 a 60 anos, com um maior número na faixa etária dos 41-50 anos como mostra o Gráfico 1.

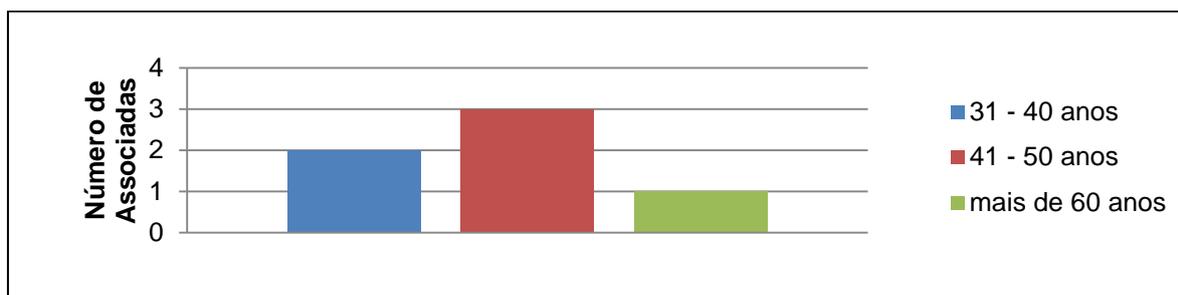


Gráfico 1 - Relação entre o sexo e faixa etária das associadas. Fonte: Próprio Autor (2014)

A faixa etária é um fator que pesa num tipo de trabalho como este, uma vez que é possível evidenciar no empreendimento a presença de pessoas com mais de 30 anos. Isto se deve possivelmente, pelo preconceito ou rejeições que muitas pessoas, principalmente os mais jovens depositam neste profissional, mesmo com a formalização desta atividade, muitos se afastam e preferem se engajar em outros tipos empregos do que optar pelo trabalho nessa área.

O estado civil das associadas revelou que a quantidade de casadas e solteiras ficou dividido, porém isto não foi motivo de empecilho em relação aos seus conjugues para que trabalhassem na coleta e triagem dos recicláveis. Foi evidenciado também, que a grande maioria possui filhos, variando entre 2 a 9, porém apenas uma associada não possui.



No que se refere à escolaridade (Gráfico 2), foi identificado que apenas uma das associadas possui o primeiro grau completo, e outra o segundo grau completo.

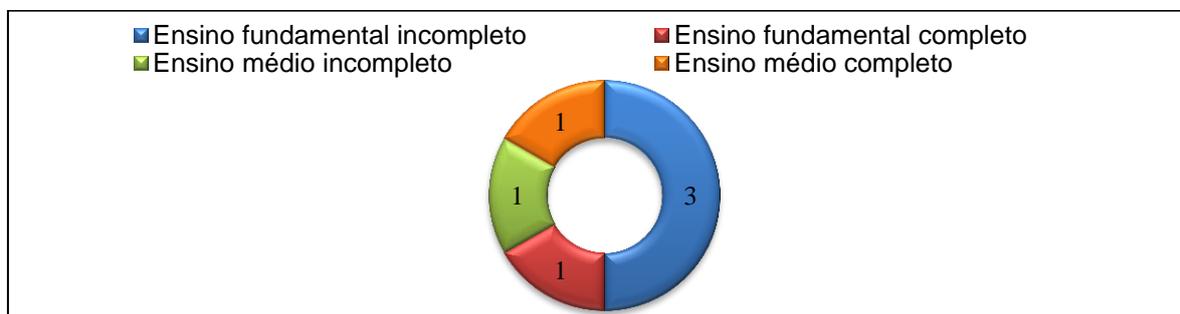


Gráfico 2 - Grau de escolaridade das associadas. Fonte: Próprio Autor (2014)

Embora as associadas sejam alfabetizadas, nem todas conseguiram concluir o primeiro nem o segundo grau. Esta questão é uma realidade do Brasil e só contribui para as estatísticas do número de analfabetos e sem perspectiva em relação ao mercado formal de trabalho. Isso ocorre na Associação justamente porque, as mulheres são de origem pobre e necessitavam trabalhar para gerar renda para suas famílias, sem muitas alternativas de trabalho, viram na coleta seletiva de materiais recicláveis, a melhor solução para este problema.

Os Gráficos 3 e 4 trazem informações sobre a atividade que cada associada desenvolve no empreendimento, relacionando o tempo de trabalho com a coleta seletiva. Embora todas as entrevistadas realizem a triagem dos materiais no galpão, os resultados mostram que 50% se classificam como catadoras, porque vão realizar a atividade de coleta nos PEV's e a coleta porta-a-porta, enquanto 50% mencionam realizar apenas a triagem no galpão. As mulheres que disseram realizar apenas a triagem dos materiais no galpão de triagem se sentem temerosas em ir realizar o trabalho nos pontos de coleta, porque embora a Associação venha atuando na formalidade, estas ainda sentem certo tipo de vergonha em sair nas ruas coletando os recicláveis.

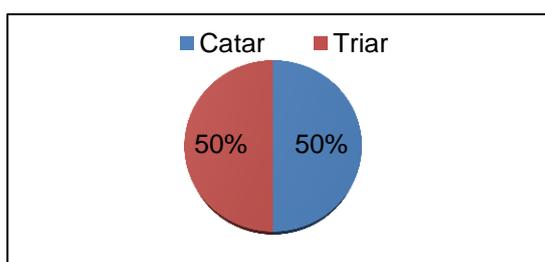


Gráfico 3 - Atividade realizada na Associação. Fonte: Próprio Autor (2014)

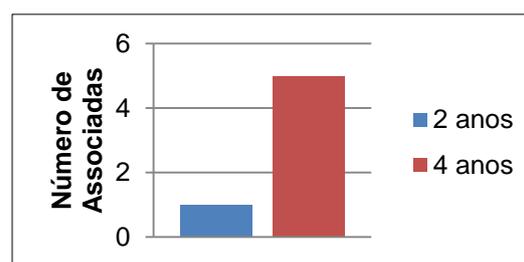


Gráfico 4 - Tempo de trabalho na coleta. Fonte: Próprio Autor (2014)

Fazendo uma análise do Gráfico 4, percebe-se que as mulheres que se declaram catadoras, exercem este trabalho há quatro anos, sendo que apenas uma das associadas já tinha experiências passadas na área de catação, porém de maneira informal. Já o percentual de mulheres que desenvolvem apenas a triagem dos materiais no galpão realizam a atividade entre 2 e 4 anos.

Os principais motivos que levaram as associadas a trabalhar na atividade foram à falta de oportunidade de emprego e a necessidade de complementação na renda familiar. Pode-se dizer que a não absorção no mercado de trabalho aliada a falta de



experiência profissional, faz da atividade de catação um dos meios para a garantia de trabalho e renda das pessoas envolvidas.

As ocupações anteriores dessas mulheres eram de atividades ligadas à costura, diarista, dona de casa, lavradora e no tratamento de fumos em armazéns e, portanto nunca trabalharam em lixão. Portanto, estas não evidenciaram a triste realidade exercida pelos catadores que trabalham em lixões, atuando na informalidade e sem apoio de nenhum órgão público.

O trabalho organizado tem possibilitado segundo as associadas, a discussão coletiva, a busca por soluções sobre determinados problemas e, principalmente um trabalho independente, pois não existe a figura do patrão que estabelece regras e ordens, o que as levam a se tornarem as próprias donas do negócio, contribuindo para um bom relacionamento entre o grupo.

Perguntadas sobre a melhoria nas condições de renda após a entrada na Associação, disseram que melhorou, mas não superou suas expectativas, porém a maioria acredita que este quadro pode ser revertido com a ampliação da coleta seletiva para outros bairros. Em relação às melhorias das condições de trabalho, o resultado ficou dividido, umas acreditam que o resultado ainda é pouco expressivas, outra parte acredita que o trabalho melhorou bastante por causa da aquisição de equipamentos essenciais para o manuseio dos resíduos. Sobre esses equipamentos de proteção, a pesquisadora evidenciou que poucas associadas fazem a utilização, o que representa um enorme perigo para a saúde dessas mulheres, uma vez que se encontram expostas a matérias cortantes, como os vidros.

Questionadas sobre as dificuldades que a Associação enfrenta, as associadas citaram vários aspectos como: poucos recursos para reparo dos equipamentos e do caminhão, a falta de materiais como cordas para amarrar os fardos dos resíduos prensados e a inexistência de compradores na região para alguns materiais como o vidro, o isopor e as caixas tetra pak. Algumas associadas lembraram que em alguns períodos os materiais chegam à menor quantidade. Para reverter esta situação, acredita-se que seria necessário realizar mais campanhas educativas nos bairros em que já tem a coleta semanal ou, até mesmo, expandir a coleta seletiva para outros lugares.

A sociedade é considerada de extrema importância para a doação dos materiais recicláveis, porém a mobilização ainda precisa se expandir para que a adesão a coleta aumente. De acordo com a associada A, 37 anos:

A sociedade é bem atuante na doação de materiais recicláveis, mas as pessoas deveriam ter mais respeito e separar os materiais recicláveis do lixo, porque ela também manda o lixo ao invés dos materiais, e isso tem que mudar [...] Eu acho uma falta de respeito quando chega um monte de lixo aqui.

O depoimento da associada A revela seu ponto de vista quando a população que doa os recicláveis não faz a separação correta, mandando os resíduos recicláveis misturados com lixo comum inservível. Sua fala indica que a comunidade precisa ser mais envolvida e mobilizada para essa ação. Uma vez que, o lixo gerado e descartado no meio ambiente é de responsabilidade do seu detentor. Já a associada B, 45 anos afirmou que:



A sociedade tá sempre disposta a ajudar, mais a gente tem que correr atrás também. [...] Bater na casa, ir na porta em porta e falar pras pessoas doar.

As associadas consideram que as ações desenvolvidas pela Associação ainda são pouco reconhecidas no município. A mobilização é peça fundamental para contribuir com a coleta seletiva, e isso só acontece a partir do momento em que as pessoas tiverem consciência de que esta atividade é importante para a qualidade de vida dos indivíduos envolvidos e do meio ambiente. Na fala da associada B, fica claro que é preciso continuar com as ações de EA para explicar as pessoas como separar corretamente os materiais.

No que se refere à atividade de coleta seletiva, as associadas tem visões muito semelhantes e citaram diversos aspectos importantes como a contribuição com a limpeza da cidade, a proteção do meio ambiente, a conscientização populacional e a geração de renda. Para as associadas, a Associação tem contribuído para a gestão dos resíduos sólidos no município, uma das falas mais importantes nesse sentido é da associada C, 37 anos:

A Associação está contribuindo muito para a gestão dos resíduos sólidos em Cruz das Almas, porque este era um papel da prefeitura, mas somos nós que estamos fazendo. No caso, eu acho que era pra prefeitura fazer, mas é a gente que faz [...] A gente tá fazendo o trabalho deles [...] Nós temos iniciativa.

A associada C se refere à prefeitura do município, possivelmente acreditando que esta tem os subsídios necessários para recolher o material reciclável dos bairros. Entretanto, a coleta realizada pela prefeitura não envolve a separação dos resíduos sólidos recicláveis dos demais materiais, ficando a cargo da Associação realizar a coleta somente dos recicláveis. Uma das disposições da PNRS é o da inclusão dos catadores no sistema de limpeza pública urbana, neste caso, as prefeituras municipais teriam que desenvolver alguns subsídios para que cooperativas e associações de catadores pudessem atuar neste contexto. Porém, a pesquisadora evidenciou que isto vem ocorrendo em passos lentos, ou seja, a prefeitura do município apenas disponibiliza um motorista e paga o aluguel do galpão de triagem. Embora a mesma esteja contribuindo de alguma forma com a Associação, acredita-se que este seria apenas um início do papel que teria que cumprir em relação à nova Lei dos resíduos.

Por fim, as expectativas em relação ao trabalho na Associação giram em torno da mobilização em mais bairros com o maior envolvimento da comunidade de Cruz das Almas, aumento na coleta de materiais recicláveis, ampliação do número de escolas doadoras através das ações de EA e a captação de recursos pela aprovação de projetos.

5.3 Atividades Desenvolvidas Pela Associação

Nos anos de 2011, 2012 e 2013 a Associação contou com apoio da INCUBA/UFRB para realização das ações de mobilização com a distribuição de panfletos e circulação de carros de som nos bairros da Incoop e Coplan. O intuito era de conscientizar os moradores sobre a importância da coleta seletiva e, portanto, sua adesão a separação dos materiais recicláveis. Além disso, a Associação vem divulgando seu trabalho em rádios comunitárias do município, visando atingir maior número de pessoas.



As principais atividades desenvolvidas pelo grupo são: a coleta seletiva, a triagem dos resíduos e a comercialização. A Associação não compra materiais recicláveis de catadores, pois estaria agindo como atravessadora, e não estaria indo de encontro com a lógica da economia solidária. No Quadro 1 é apresentado o tipo de coleta e a frequência em que é realizada pela Associação.

Tipo/Frequência da Coleta	1x na semana	2x na semana	3x na semana
Entrega voluntária ¹	X		
Porta-a-porta		X	
Pontos específicos			X

Quadro 1 - Tipo de coleta e frequência da realização pela Associação. Fonte: Próprio Autor (2014)

Anteriormente, a entrega voluntária ocorria diariamente, porém a Associação mudou de endereço, ficando um pouco distante do centro do município, o que tornou mais difícil para alguns estabelecimentos e moradores dos bairros entregarem todos os dias seus materiais diretamente no galpão. O que pode estar significando uma diminuição na quantidade dos materiais que chega ao novo galpão, como relatado pelas associadas.

A coleta porta-a-porta ocorre durante duas vezes na semana e abrangem os bairros da Incoop e Coplan, ou seja, uma vez em cada bairro. Os moradores colocam seus materiais recicláveis já separados em frente as suas residências e o trabalho da Associação é recolher e levá-los para o galpão.

A Associação também recolhe materiais em alguns pontos específicos do município: escolas, repartições públicas e privadas e estabelecimentos comerciais. O auxílio do caminhão é muito importante para que as coletas sejam realizadas durante os dias da semana e horários estabelecidos e combinados com a população.

5.4 Infraestrutura do Galpão de Triagem

A Associação tem uma área central de triagem dos resíduos alugada pela prefeitura. Além do aluguel do galpão e as despesas de água e energia, a prefeitura disponibiliza um motorista para dirigir o caminhão, uma vez que nenhuma das integrantes possui carteira de habilitação. Novamente é interessante dizer que a prefeitura ainda atua superficialmente no cumprimento da PNRS.

O galpão é de bloco cimentado e possui uma estrutura adequada para armazenagem dos resíduos, a área externa é bastante ampla, possibilitando que os rejeitos sejam disponibilizados, porém não foi possível saber a área total (em m²) desse galpão. Toda área é cercada com muros grandes e quatro portões que impedem a visualização do interior da central. A estrutura interna do galpão é bem extensa, arejada, ventilada e iluminada, o que possibilita a locomoção das associadas na realização das atividades. Além disso, possui um banheiro em bom estado e algumas salas que no momento não estão sendo ocupadas pelas associadas.

¹ A Entrega Voluntária dos materiais recicláveis é realizada principalmente, por instituições públicas e privadas de Cruz das Almas.



5.5 Parcerias Estabelecidas e Estrutura Operacional

A Associação vem sendo acompanhada pela INCUBA/UFRB desde a sua criação. Várias ações vêm sendo desenvolvidas como a formação do grupo, oficinas de associativismo e cooperativismo, oficinas com representantes jurídicos para formalização do grupo, acompanhamento financeiro, cursos de *desisng* gráfico para a criação da logomarca da Associação, acompanhamento técnico na área de EA e Economia Solidária, visitas técnicas para troca de experiências com outros empreendimentos da economia solidária do segmento da reciclagem, oficinas sobre o uso de equipamentos de proteção para o manuseio dos resíduos, a construção do Estatuto Social e da Ata de Fundação da Associação, além da captação de recursos para estruturação física da associação. Dentre as ações de estruturação realizadas pela INCUBA/UFRB, podem ser citadas a aquisição de vários maquinários e equipamentos para a atividade de triagem, prensagem e comercialização dos resíduos.

A Associação passou a integrar desde 2012 o Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia juntamente com mais oito Empreendimentos Solidários do Segmento da Reciclagem. Essa parceria possibilitou também a aquisição de um caminhão baú para coleta e comercialização dos resíduos.

Desse modo, os equipamentos adquiridos são importantes para que a qualidade dos resíduos seja valorizada pelos compradores, o que pode ser revertido no aumento da renda e no adequado desenvolvimento do trabalho. O material prensado tem mais valor agregado do que o material vendido solto para o comércio. O Quadro 2 mostra os equipamentos, quantidades, condições e uso pela Associação.

Equipamentos	Quantidades	Condições	Uso
Balança	01	Própria	Parada
Mesa de triagem	01	Própria	Em uso
Prensa	01	Própria	Em uso
Empilhadeira	01	Própria	Em uso
Armário de documentos	01	Própria	Em uso
Armário pessoal	01	Própria	Em uso
Cadeira para reunião	10	Própria	Em uso
Mesa	01	Própria	Em uso
Caminhão	01	Própria	Em uso
Geladeira	01	Própria	Em uso

Quadro 2 - Equipamentos, quantidades, condições e uso pela Associação. Fonte: Próprio Autor (2014)

Os equipamentos se encontram em ótimas condições de uso, com exceção da balança que não está funcionando devido à falta de uma peça, em virtude de um arrombamento que houve no interior do galpão e os indivíduos furtaram a fonte alimentadora da balança.

A partir do ano de 2013 a Associação estabeleceu um convênio de Cooperação Técnica juntamente com a UFRB e a Empresa Brasileira de Pesquisa em Mandioca



e Fruticultura (Embrapa). Os resíduos sólidos como papel, metal e plásticos gerados nessas instituições são destinados uma vez por semana ao galpão de triagem da associação.

5.6 Condições Operacionais

A Associação dispõe de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para todas as associadas, dentre eles pode-se citar luvas, botas, capacetes, máscaras, protetores auriculares, óculos e fardamentos. Estes equipamentos foram adquiridos desde o início da atividade, porém são pouco utilizados pelos membros. As principais justificativas em relação ao pouco uso dos EPI's são de que, a utilização das luvas atrapalha o manuseio dos resíduos no momento da triagem, as botas incomodam devido ao calor ou não possuem numeração adequada, as fardas provocam calor, os óculos, o protetor auricular e o capacete não são necessários. Entretanto, somente uma das associadas que faz a coleta nos bairros e estabelecimentos usa a farda, as botas e as luvas, mas ainda não é o suficiente, pois deveria ser utilizado o equipamento completo. Como já houve formações a respeito do uso dos EPI's, se faz necessária a ampliação dessa discussão com as associadas.

Apesar de ser um local de disposição de resíduos domésticos recicláveis, não foi possível sentir a presença de odores na central de triagem, apenas aqueles característicos da atividade, mas que não incomodam. Em relação a vetores como ratos, moscas, e mosquitos, pouco aparecem. O empreendimento também já dispõe do Alvará de Funcionamento concedido pela prefeitura, atestando as condições legais para o seu funcionamento.

5.7 Balanço, Preços e Comercialização dos Materiais Recicláveis

O trabalho na Associação ocorre somente no turno vespertino, tendo duração de 4 horas por dia e uma carga horária de 20 horas semanais. As atividades são divididas em coletar, triar e prensar os recicláveis. As tarefas administrativas ficam a cargo da presidente, vice-presidente e alguns estagiários vinculados a INCUBA/UFRB, para proporcionar suporte e acompanhamento mais especificamente a esta atividade.

No que diz respeito aos materiais e suas respectivas quantidades, a Tabela 1 apresenta a quantidade de materiais comercializados durante o mês de julho de 2014 pela Associação. As informações foram fornecidas em comum acordo com a presidente, que autorizou o acesso aos documentos e notas de venda.

Tabela 1 - Quantidade de resíduos triados e comercializados pela Associação no mês de julho de 2014

Material	Quantidade (Kg/Mês)	Preço de Mercado (R\$/Kg)
Plástico		
Garrafas PET	164	1,40
Vasilhames de manteiga	14	0,40
(Continuação)		
Total (Kg)	178	-
Metal		



Ferro	240	2,00
Latas de alumínio	35	2,60
Total (Kg)	275	-
Papel		
Papelão	935	0,32
Papel branco	459	0,26
Total (Kg)	1394	-
Total Geral Coletado (Kg)	1847	-

Fonte: Nota de venda referente ao mês de julho de 2014, fornecida pela presidente da Associação (2014)

As associadas relataram que em alguns meses a coleta diminui tanto nos bairros quanto nos estabelecimentos comerciais, o que provoca a redução na quantidade de materiais destinados a venda. Já se sabe que a Associação tem alguns concorrentes, que são os catadores informais que trabalham principalmente, no turno matutino e noturno na coleta dos materiais, porém em muitos casos se aproveitam e recolhem dos bairros os materiais que os moradores segregam para doar a Associação. Pelo fato da Associação não comprar seus recicláveis, os concorrentes vendem seus resíduos a sucateiros e atravessadores do próprio município.

Desde sua formação em 2010 até 2014, a Associação já recolheu no município cerca de 118,4 ton. de RSU. Conforme o Gráfico 5, o balanço anual de materiais coletados foram distribuídos em 11,9 ton. em 2010; 25 ton. em 2011; 32,5 ton. em 2012 e 26,5 ton. em 2013. Até 2014, já foram coletados 22,5 ton. de materiais recicláveis.

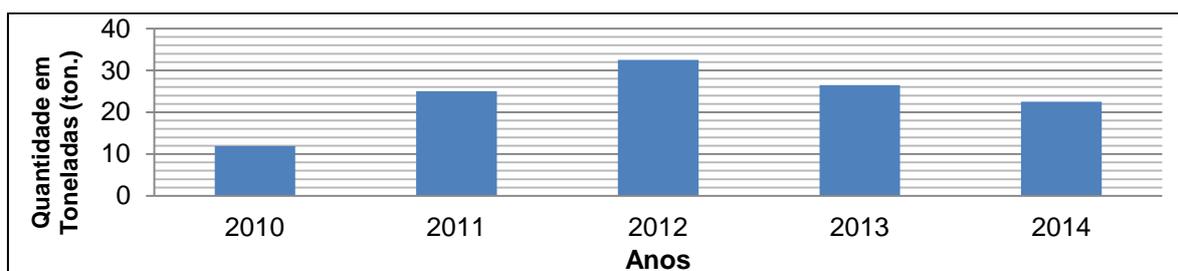


Gráfico 5 - Balanço da quantidade de materiais coletados anualmente pela Associação. Fonte: Próprio Autor (2014)

Os resultados demonstram um aumento na coleta de recicláveis durante os anos de 2010 a 2012. Entretanto, em 2013 observou-se uma leve redução (26,6 ton.). Esse fato deve-se possivelmente em virtude da transição da gestão municipal, pois nesse período a Associação não contou com o caminhão (anteriormente cedido pela prefeitura) para a coleta seletiva de forma efetiva. No ano de 2013 a Associação adquiriu um caminhão baú para as suas atividades facilitando e ampliando a coleta.

Foi possível constatar que como na maioria das organizações de catadores, a Associação comercializa os materiais coletados para atravessadores, o que conseqüentemente barateia os preços. Esta comercialização é realizada principalmente para empresas recicladoras de Feira de Santana, considerada



distante do município de Cruz das Almas. Entretanto, tem sido possível buscar novos mercados para a comercialização a exemplo de indústrias que beneficiam papel/papelão localizadas no Recôncavo da Bahia e indústrias de reciclagem de garrafas PET. Neste contexto, vale lembrar que a PERS propõe que os municípios apoiem o fortalecimento de indústrias de reciclagem em suas regiões, porém a pesquisadora evidenciou que em Cruz das Almas não existe sequer uma única empresa deste tipo, o que leva a afirmar mais uma vez que o município precisa atender de fato as determinações dos dispositivos desta Lei.

6. Considerações Finais

O perfil socioeconômico dos membros da Associação permitiu diagnosticar a forte presença feminina, com faixa etária acima dos 30 anos de idade. As razões para a adesão a este tipo de trabalho pode ser resultante principalmente, da falta de oportunidade de inserção no mercado de trabalho. As associadas dividem suas atividades em coletar, triar, comercializar e administrar a organização de acordo com os princípios da autogestão, muito importante para o ganho da autonomia e tomadas de decisões. Estas características também são fundamentais para uma boa gestão do empreendimento.

No processo de formação deste grupo, evidencia-se a forte presença da INCUBA/UFRB, responsável por desenvolver todo um trabalho de acompanhamento e assessoria, que vai desde a construção dos aparatos legais para o funcionamento do empreendimento até a aquisição dos equipamentos essenciais para o beneficiamento dos resíduos. É nesta fase que se começa o trabalho da EA nas escolas, nos bairros e nas instituições, permitindo que a implantação da coleta seletiva ganhe a visibilidade e adesão da população envolvida nesta ação. Sem dúvida a INCUBA/UFRB foi, e vem se tornando uma parceria de extrema importância para o acompanhamento das atividades das associadas.

A Associação já recolheu do município cerca de 118,4 ton. de resíduos sólidos, isto não é pouco quando consideramos como se deu de fato a trajetória de trabalho e superação dessas pessoas. Dentre os materiais mais coletados, o papel está em primeiro lugar devido principalmente, a atuação das escolas, o plástico aparece em segundo lugar, sendo coletados em maior quantidade nas residências, assim como os metais e os vidros.

Por fim, a realização deste trabalho permitiu entender que o gerenciamento dos RSU pela Associação tem como principal objetivo as ações de EA com a comunidade, por meio da divulgação por panfletagem, nas rádios e nos próprios estabelecimentos que vem participando da coleta seletiva. O trabalho das associadas ainda tem como base a articulação que busca a conscientização social, por meio da adesão das pessoas no processo da reciclagem, proporcionando um retorno nas melhorias ambientais e viabilidade socioeconômica do empreendimento.

7. Referências Bibliográficas

ARGOLO, J. C. R. **Sobre viver no/do lixo:** o trabalho do catador de materiais recicláveis no aterro controlado do município de Amargosa - BA. 105f. Dissertação



(Mestrado) - Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2013.

BAHIA. **Lei nº 12.932 de 07 DE Janeiro de 2014**. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. Salvador: Palácio do Governo do Estado da Bahia, 14 de jan. 2014.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho “informal”. O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p.101-116, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, nº 147, p. 3, 03 de ago. 2010.

CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. **Política nacional de resíduos sólidos - Agora é Lei: novos desafios para poder público, empresas, catadores e população**. São Paulo: CEMPRE, 2012.

CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. **O contexto histórico, a evolução e as perspectivas do mercado de resíduos recicláveis no Brasil**. São Paulo: Pigma, 2013.

FERREIRA, J. A; ANJOS, L. A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. In: **Caderno de saúde pública**, v. 17, p. 689-696, 2001.

FRANÇA, R. G.; RUARO, É. C. R. Diagnóstico da disposição final dos resíduos sólidos urbanos na região da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI). In: **Ciênc. saúde coletiva**, v.14, p. 2191-2197, 2009.

MAGERA, M. **Empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Átomo, 2005.

MNCR - MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAS RECICLÁVEIS. **Princípios e Objetivos do MNCR**. Disponível em:< <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos>>. Acesso em: 13 de jul. de 2015.

RAMOS, A. T. A. A organização feminina em empreendimentos solidários: uma alternativa de inclusão ao mercado de trabalho. **Anais II simpósio gênero e políticas públicas ISSN2177-8248**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011. 12 p.

RUSSO, M. A. T. **Tratamento de resíduos sólidos**. 196f. Tese (Doutorado) - Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1981.

SINGER, P. **Economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.



Apêndice A - Questionário Aplicado com as Associadas

Dados Pessoais:

1. Nome completo _____

2. Sexo: () F () M

3. Idade: _____

4. Estado civil: Casada () Solteira ()

5. Tem filhos: () Sim () Não

Quantos? _____

6. Escolaridade: _____

7. Atividade realizada no empreendimento:

Atividade de Catação e Triagem:

1. Há quanto tempo você trabalha na atividade de coleta de materiais recicláveis e ou/aproveitáveis de forma organizada?

2. O que levou você a trabalhar nessa atividade?

3. Que tipo de atividade exercia anteriormente?

4. Você já trabalhou em lixão?
() Sim () Não

5. O que você acha do trabalho organizado?

6. Como é o seu relacionamento com as colegas de trabalho?

7. Houve alguma mudança nas condições de renda depois da sua entrada na associação?

() Sim () Não. Quais?

8. As condições de trabalho melhoraram com a entrada na Associação?

() Sim () Não. Por quê?

9. Quais as dificuldades enfrentadas pela Associação?

10. Como você acha que a sociedade enxerga seu trabalho? Você o considera importante? Por quê?

11. Em sua opinião a associação está consolidada no município?

12. Qual a sua opinião sobre a atividade de reciclagem?

13. Você considera que a associação esta contribuindo para a gestão dos resíduos sólidos no município? () Sim () Não. Por quê?

14. Quais as suas expectativas em relação ao trabalho na associação?

